

{audio}http://www.archive.org/download/CarvalhoCalero2010/1.mp3{/audio}

1) “Umha língua tam ameaçada como o galego nom pode sobreviver senom apoiando-se nas demais formas do sistema, quer dizer, reintegrando-se no complexo luso-galaico do qual geneticamente forma parte [...] O galego ou é galego-português ou é galego-castelam [...] Umha concórdia ortográfica, quando menos, e umha inteligência na opção das formas lingüísticas que integrariam, sem prejuízo das peculiaridades do galego, o veículo geral de comunicação, seriam indispensáveis./ Deste jeito, seríamos o que somos, voltaríamos a ser o que fomos: o romance mais ocidental, nom esnaquizado em dous anacos isolados, senom reintegrado numha unidade sistemática que nom exclui a autonomia normativa” [...] “Alguns demagogos querem manter este estado de alienação, e rejeitam como artificiosas as formas restauradas. Comovedora homenagem de ignorância ou fanatismo ao mito do galego popular, se nom se trata de uma maquiavélica manobra encaminhada a fazer impossível a supervivência do galego.”

(*“Sobre a nossa língua”, em Problemas da Língua Galega, Sá da Costa Editora, 1981, pp. 19-21, conferência no Clube Linguístico da Crunha, 7 fevereiro 1979*
)

{audio}http://www.archive.org/download/CarvalhoCalero2010/2.mp3{/audio}

2) “Algumas pessoas desinformadas tendem a apresentar-me como um inovador, como um revolucionário polo que se refere ao conceito da nossa língua, mas as minhas opiniões, expressadas naturalmente conforme aos meus próprios parâmetros pessoais, são sem embargo aquelas opiniões, aqueles critérios que tradicionalmente se professam dentro do galeguismo. Uma doutrina revolucionária é, por exemplo, a de que o Galego é uma língua que deve ser considerada absolutamente independente dentro das Línguas da Românica. Isso sim pode ser considerado inovador, ainda que com um tipo de revolução completamente contrário à realidade da experiência histórica [...] eu realmente não creio que se me pode considerar um dos pais do reintegracionismo. Mais bem sou um dos filhos, por que o reintegracionismo nasce cientificamente com o Romanismo, e politicamente com o Galeguismo. ”

(“O português na Galiza”, em Letras galegas, AGAL, pp. 24-25, 1984 (texto de 1983)

{audio}<http://www.archive.org/download/CarvalhoCalero2010/3.mp3>{/audio}

3) "a mim correspondeu-me, como a outros colegas e correligionários, precisar consoante as circunstâncias do meu tempo, uma doutrina que explicita ou implicitamente era a doutrina geral do Romanismo e os propugnadores do Galeguismo professavam desde que surgiram à luz. [...] O reintegracionismo, portanto, não é outra cousa que aquela doutrina que quer devolver a sua própria natureza ao Galego. [...] Não se pode construir um Galego sobre a base do estado actual do idioma nas camadas populares, porque sabemos que durante muitos séculos foi erosionada a língua oral, única realmente existente, por influência do castelhano. Então se queremos escrever e falar um idioma que não seja um mero dialecto vulgar do castelhano, há que restaurar os tecidos danados. [...] O Galego há de preservar a sua natural essência para o qual há que manter o contacto com as demais normas do sistema. [...] devemos entender que as diversas manifestações do Galego colonial, do galego que se foi expandindo a partir do seu nascimento na Gallaecia, são normas, são Falas, são dialectos que podem contribuir a enriquecer o nosso idioma. "

(Id.)

{audio}<http://www.archive.org/download/CarvalhoCalero2010/4.mp3>{/audio}

4) "Por suposto, todo o mundo sabe que eu professo em matéria de Política Linguística as ideias tradicionais, as ideias de Castelão, e como essas ideias são contrárias às ideias que reinam no mundo oficial, no aspecto cultural, pois, não tenho muito predicamento, ao parecer, dentro dessas esferas. Consideram-me como um herege, como um cismático, ou como um

corruptor da mocidade, e se me exclui positivamente dos organismos oficiais. Isto é evidente, [...] é verdade que se me considera um obstáculo para o desenvolvimento duma determinada Política Linguística e se me exclui decididamente em geral do mundo científicoliterário que está servido por pessoas afectas às ideias reinantes, que são mais bem isolacionistas do que reintegracionistas "

(Ibid.)

{audio}http://www.archive.org/download/CarvalhoCalero2010/5.mp3{/audio}

5) "Nom hai, dentro do sistema galego-português, duas normas, senom un material sem normativizar. Mais adiante, impom-se a conveniência de umha ordem e, afastadas politicamente a parte norte e a parte sul do domínio lingüístico, aparecem tendências nom coordenadas, e assi, neste estádio posterior, os elementos comuns vam-se decantando nas suas distintas soluçons, de jeito que hai formas mais usuais em Galiza e formas mais usuais em Portugal. Com o que a distincom à que se chega finalmente entre galego e português está determinada pola referênci electiva entre as diversas formas do sistema para constituir as respectivas normas. O isolamento dos territórios correspondentes por pertencer a distintos reinos e as influências castelhana e moçárabe correlativamente no norte e no sul, acabárom por gerar umha distincom que também se dá entre as diversas realizaçons do catalám, e de calquer outro idioma em circunstâncias análogas "

(*"A fala do escritor galego", em Letras galegas, 1984, AGAL (conferência em 23 maio 1983), pp. 18-19*)

{audio}http://www.archive.org/download/CarvalhoCalero2010/6.mp3{/audio}

6) "Este ibero-románico occidental, dotado dunha unidade sistemática, realiza-se en diversas falas, suxeita-se a distintas normas, e unha destas normas é o galego comun, que, à sua vez, non é outra cousa que un certo sincretismo de variantes coloquiais e literárias que se dan en Galiza. Dentro do portugués hai tamén distintas falas, distintas normas, entre as que figura o portugués normativo, con superior xerarquia político-social, mas para o lingüista unha de tantas manifestazóns dialectolóxicas do galego-portugués "

(*"Conversas en Compostela con Carballo Calero"*, M.A. Fernán-Vello/F. Pillado Mayor, Eds. Sotelo Blanco, 1986, p. 224)

{audio}<http://www.archive.org/download/CarvalhoCalero2010/7.mp3>{/audio}

7) "De nada nos serviría que todo o mundo falase e escrevese en galego se ese galego [...] era realmente un castellano agalegado [...] Non abonda con que se fale galego, é que é preciso que ese galego sexa galego, é dizer, que non sexa un produto que con nome de galego nos apresente un dialecto do castellano. Así que esta é a significazón que ten o esforzo que están realizando moitos intelectuais galegos en pro dunha reintegrazón do noso idioma no seu sistema propio [...] apesar do decreto de unificación ditado para impoñer unha normativa oficial, existe un sector importante do país [...] que insisten na necesidade de ter en conta o galego histórico, e que non cren que se poda normativizar e normalizar a nosa língua sobre a base da realidade dialectal dos tempos modernos, que é consecuencia dun proceso de degradazón do noso idioma, producido por circunstancias históricas de sobra coñecidas. "

(*Id. p. 239*)

{audio}<http://www.archive.org/download/CarvalhoCalero2010/8.mp3>{/audio}

8) "Entón constituí ao meu xuízo unha cegueira dos políticos que nos gobernan, induzidos por estudiosos ou técnicos que non posúen a necesaria amplitude de espírito para ver o galego cunha concepción diacrónica, tratar de esmagar a estas persoas, a este grupo que propugna a reintegración do galego dentro do sistema ibero-románico occidental; grupo que se ten acreditado como numeroso, como responsable e como ben informado [...] Non me parece correcta a actitude da Administración negando, por exemplo, a súa protección económica a empresas culturais importantes, polo feito de que a expresión formal ortográfica dos solicitantes deses apoios estexa orientada à reintegración do galego ao seio do sistema galego-portugués. En realidade, eses medios económicos [...] son [...] subvencións, son bens, cuxo propietario é o pobo galego. E os reintegracionistas, a verdade, cremo-nos parte dese pobo galego, e nos parece unha actitude abusiva, absolutamente anti-constitucional, aquela que nos priva de disfrutar dunha protección económica que nos parece ser un ben ao que debemos ter acceso todos os galegos "

(Ibid. p. 240)